

# CONFLITOS E RESISTÊNCIA NO MST

Ana Paula Baltazar  
e Geraldo Sebastião  
dos Santos

**ANA** No início dos anos 90, Geraldo Sebastião dos Santos saiu da área rural de Campina Grande, na Paraíba, para a área urbana de Marabá, no Pará, onde trabalhava como pedreiro tentando sobreviver com sua esposa e seis filhos. Geraldo tinha sido criado na roça, trabalhando com seu pai na terra. A promessa de uma vida urbana parece ter enfeitado Geraldo e vários outros como ele, que abandonaram o campo pela cidade, sem saber ao certo o que lhes esperava.

Parece haver uma espécie de fetiche com bens de consumo disponíveis na cidade, que raramente serão acessados por trabalhadores explorados, como Geraldo e seus companheiros. São as tais necessidades impostas, de que fala Ivan Illich, quando uma sociedade de consumo impõe suas necessidades a outros grupos sociais – como se quem não tivesse acesso a tais bens fosse carente – e os grupos sem acesso começam a desejar tais bens de consumo e se tornam de fato carentes nesse novo contexto. Um dos principais problemas dessa suposta carência é explicado por José Isaía – liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Pará – quando diz que falta consciência de que “o capitalismo não vai salvar, mas o socialismo”, apontando uma certa inércia com relação à hegemonia do capitalismo, que oprime e domina. Para Isaía, é fundamental ter consciência de que para deixar de ser oprimido é preciso assumir que existe opressão e não se conformar e achar que o capitalismo é para todos.

Como Geraldo estava despertando a consciência de que era um oprimido, desde 1994 já simpatizava com o MST. Em 1996 ficou sabendo que o MST faria uma ocupação de terra e, como de costume, não se sabia onde. Nessa época, entendeu que a injustiça sócio-espacial era insuperável sem iniciativas como essa e, mesmo sem o apoio de sua esposa, decidiu se juntar ao movimento. Geraldo devia ter sido um dos integrantes do acampamento na Fazenda Macaxeira, os que estavam na curva do S, quando houve o massacre de Eldorado dos Carajás, no dia 17 de abril de 1996, onde foram assassinados 19 companheiros. Mas Geraldo perdeu o transporte de Marabá para o acampamento e, como ele diz, escapou “desse destino”.

Encontrei Geraldo dia 17 de abril de 2019, no 14º Acampamento Pedagógico da Juventude Oziel Alves Pereira, em homenagem a Oziel, um jovem de 17 anos que foi uma das 19 vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás. Nesse contexto, muito emocionado, Geraldo conversava com várias pessoas e curiosamente tinha um carinho especial por pesquisadores de universidades, o que o levou a dedicar boa parte de seu tempo conversando comigo. A história de Geraldo me parece resumir a resistência postulada pelo movimento, assim como diversas contradições enfrentadas pelo MST. A narrativa de sua entrada no MST revela a injustiça sócio-espacial e a necessidade do povo lutar por uma terra. Hoje, Geraldo Sebastião dos Santos é liderança do MST no acampamento Maria Bonita, em Parauapebas no Pará.

**GERALDO** Eu nasci na roça, meu pai me criou na roça, em Campina Grande, na Paraíba. Eu não tinha oportunidade. Eu andava 6 km para estudar, à noite, que de dia eu não tinha tempo. Trabalhava. Aprendi somente a escrever – ler-escrever – e conto bem, graças a Deus. Então, esse movimento sem terra, quando eu cheguei aqui no Pará, em 1994, foi simpatizante para mim. Eu fiz um cadastro lá em Marabá, onde eu trabalhava de pedreiro. Os militantes iam passando no carro: “Quem quiser lutar por uma terra, através da reforma agrária, é só encostar aqui que nós estamos cadastrando”. Aí eu me dirigi. Eu falei: “eu vou entrar na reforma agrária”.

No Maranhão, eu trabalhei com os padres; eu participei de muita aula com os padres, que falavam muito para o povo se unir em comunidade, que ia chegar um tempo que os latifundiários iam se apoderar das terras, e o povo ia se acumular nas periferias da cidade. E foi o que eu vi quando eu cheguei aqui em Marabá. Eu falei: “mulher, eu vou lutar por uma terra. Tu vai?” Ela disse: “tu vai só, eu não vou”. Aí eu fiz meu cadastro nesse dia para vir aqui para 17 de abril; eu não sabia que era aqui, porque a militância não diz. Nós militantes não dizemos para ninguém onde é que vai colocar o povo. Só na hora certa é que nós vamos chegar lá, naquele ponto determinado. Mas eu não tive oportunidade de vir para cá [Eldorado dos Carajás], eu perdi o carro que vinha trazendo as pessoas. Fiquei lá em Marabá. Isso foi em fevereiro de 1996; em abril, aconteceu o massacre. Eu cheguei

em casa do trabalho e estava passando na televisão o horror de gente morto aqui, aquela confusão, aquele problema. Minha mulher falou assim: “se tu tivesse ido, Bichinho, tu tava nessa situação aí”. Eu disse: “isso aí não me mete medo não, se for para eu lutar por meus objetivos e minha dignidade. Dói no meu coração ver os companheiros que partiram para luta e hoje estão aí nessa situação. Mas isso aí não me mete medo de eu entrar na luta não. Da próxima vez que vier um cadastro, se eu tiver oportunidade, eu vou fazer o meu cadastro e vou entrar nessa luta”. Ela disse: “tu vai só, eu não te acompanho, nem meus filhos”. E isso aconteceu. Quando foi em dezembro, a comissão – os militantes – passaram lá em casa fazendo o cadastro e eu fui: “oi mulher, bora?” [ela:] “vou não, vou de jeito nenhum”. Aí eu tinha um dinheirinho, fiz um rancho, deixei para ela mais os meninos e falei para ela: “eu só venho aqui com 30 dias”.

**ANA** Escapando do massacre em Eldorado dos Carajás em abril de 1996, Geraldo acabou se juntando, no final de 1997, a outro acampamento, o 1º de março, em Marabá. E aí começa de fato sua militância no MST e a resistência.

**GERALDO** Sou integrado do MST. Participo dessa luta há 23 anos e graças a Deus tenho muito prazer. Fui fundador do assentamento 1º de março, naqueles anos de 1997 para 1998. A gente sofreu muito naquele momento de luta, nós não tínhamos parceiro, nós não tínhamos parceria

com ninguém, pode-se dizer. Só nós do MST mesmo. Mas mesmo assim a gente conseguiu a conquista daquela área.

**ANA** E essa conquista só aconteceu com muita luta. Geraldo conta como entraram na área – mato a dentro, numa noite chuvosa – narrando a peleja inicial para manter o povo unido, com mulheres e crianças chorando, a fome nos momentos seguintes e o fechamento da estrada e o assalto à caminhão como estratégia, tanto para tentar sanar a fome, quanto para dar visibilidade à causa e à negligência do Incra, que nunca entregou as cestas básicas prometidas.

**GERALDO** Entrei lá para Fazenda Pastoriza, que hoje é o Assentamento 1º de março. Lá era de um coronel ou major do exército, um tal de Xavier. Foi no dia 24 de dezembro de 1996 que nós entramos, acampamos lá no Castanhal Arara, alguém cedeu lá um lote para fazermos nosso acampamento. Éramos 1.226 famílias. Ficamos janeiro, fevereiro... No dia 1º de março, nós cortamos o arame do latifúndio e entramos. Foi quando nós falamos: “vamos cortar o arame que nossa terra prometida é essa”. Éramos grupos de aproximadamente 60 famílias. Meu grupo tinha 62 famílias. Aí me perguntaram: “Seu Geraldo, o senhor vai entrar?” Eu disse: “já tô com ‘a broca no rim’, me acompanha”. [Um dizia:] “Eu não vou”. [Outro dizia:] “Eu vou acompanhar seu Geraldo”. A maioria me acompanhou. Nós chegamos lá dentro com 42 companheiros do meu grupo. Os outros

disseram que iam para o Incra, que o Incra ia dar a terra deles. Era uma fileira entrando para dentro do mato – isso 7 horas da noite, chovendo – e outra fileira saindo para Transamazônica para pegar o carro para ir para o Incra em Marabá. Então nós entramos e chegamos num ponto determinado dentro da mata, era 1 hora da manhã. Então nós fomos caindo. Mulher chorava, menino chorava, nêgo se enrolava com cobra lá dentro do mato... Mas chegamos lá. No outro dia, dia amanheceu, a chuva parou, começaram os helicópteros do exército voando. Nós estávamos lá debaixo das lonas, fazendo barraca já.

Nós passamos uma inclemência muito pesada, porque nós não tínhamos como sair para ganhar dinheiro, para manter as despesas. Muita criança, as criança adoeciam. Nós fomos na prefeitura, pedir para que doassem remédio para nossas crianças. O prefeito virou as costas para nós. Falou que não queria nada com os sem terra, que era bom que nós saíssemos do município dele. Ele não deu nem um comprimido para nós. Nós voltamos para o acampamento. Ficamos lá, resistimos lá. Quando foi mais ou menos em junho nós começamos a marcar a mata e fazer as roças. Mês de setembro a gente queimou as roças. Aí não tínhamos uma expectativa de onde buscar alimentação, nem quem patrocinasse. Muitas noites a gente comia o palmito de coco babaçu, tirava o palmito e cozinhava e era o nosso alimento lá dentro. Nós criamos uma comissão e viemos no Incra em Marabá. Criamos uma situação e eles prometeram dar uma cesta básica para nós. Ficamos esperando.

Com dois meses nós tomamos a decisão de saquear um caminhão. Caminhão da Alvorada: um baú que vinha de Imperatriz com alimentação. Não aguentamos mais a fome. “Vamos saquear um caminhão da Alvorada?” “Vamos”. Aí juntamos um pessoal e viemos. Não conseguimos o carro da Alvorada, ele já tinha passado. Pegamos o carro do Correntão, lá de Marabá. Mas só vinha mais era bebida, era açúcar, não vinha alimentação: não vinha arroz, não vinha farinha, não vinha feijão, não vinha carne; vinha só essas ‘maracafuada’ mesmo. Mas nós tomamos a decisão de fazer aquele trabalho e fizemos. A [Polícia] Federal chegou lá no momento e eu que recebi a polícia. Quando eles chegaram eles me perguntaram: “Vem cá, que negócio é isso aqui?” Eu falei: “Isso aqui é uma manifestação do movimento sem terra”. [PF:] “E por que vocês estão fechando a estrada?” [Geraldo:] “É porque nós estamos saqueando um caminhão. Lá está ele lá no baixo, o pessoal está tirando a carga dele”. [PF:] “Vocês acham que isso está certo?” [Geraldo:] “Está”. Conteí a história para eles. Tínhamos as folhas que o Incra tinha dado para nós, da cesta básica que ia mandar, estava com dois meses e nunca chegou ninguém lá, então nós estávamos fazendo aquilo para chegar no conhecimento da justiça, para as autoridades tomarem providência. Ele falou: “eu não tenho nada contra. Pode fazer o trabalho de vocês, porque os político são os maiores corruptos, nós não temos nada contra vocês. Pode ficar à vontade”. Nós ficamos. Aí, nós levamos essa carrada de açúcar lá para o acampamento. Açúcar, balinha, pitula,

né? Bebida alcóolica não, nós não pegamos não. Continuamos nosso enfrentamento; choveu mês de setembro, nós plantamos a roça e acabou a fome. Fiz um paiolão de arroz que era uma beleza! Com isso minha esposa se animou e foi para lá. Nós entramos em 1997, em 2009 o Incra já criou o PA de assentamento. Acabou toda a fome, mas infelizmente eu não pude gozar aquilo que eu queria.

**ANA** Geraldo continua sua história, contando de uma tentativa de assassinato que sofreu, nos deixando entrever a fragilidade do assentamento para infiltração de bandidos, o descaso político com os sem terra, a negligência do Incra no Governo FHC e uma certa melhora no governo Lula, deixando claro que as instituições dependem muito ainda da boa vontade de quem as comanda, sem que haja expedientes que garantam qualquer procedimento em favor dos que mais precisam.

**GERALDO** Se infiltrou uma quadrilha de bandido lá dentro, e essa quadrilha nos atropelou muito, inclusive nós perdemos companheiro lá dentro, já depois das terras na mão, já era assentamento quando se infiltrou essa quadrilha. Que foi que eles fizeram? Uma boa parte da comunidade se dividiu, eles se venderam para o prefeito de São João de Araguaia, através de uma cesta básica, dinheiro, e aí se separaram de nós do MST. Eles começaram a vender as terras, essa quadrilha que se infiltrou lá dentro no lugar dos parceiros que saíram do MST. Eles [quadrilha] falaram:

“aqui não vai se falar em MST, aqui vai se falar na Petrafe”. Aí entrou o debate, a briga. Eles inclusive me convidaram: “Geraldo, vem para nossa associação que nós precisamos do senhor”. Eu falei: “não vou. Eu estou aqui, eu falo pelos militantes do MST, eu não sou traíra, eu sou um homem muito sério e honesto, trabalhador, eu vou ficar do lado do esforço”. Aí foi que eles falaram: “aqui não vai ficar ninguém do MST. Nós vamos matar”. Essa que foi a proposta deles. Mas eles não falavam diretamente para mim. Eles mandavam recado para nossa reunião, quando nós estávamos sentados discutindo nossos problemas. Sempre chegavam aqueles caras que eram infiltrados conosco e com eles e davam o recado. Quando dava 7 horas da noite era um *bang bang* de tiro, ali na BR, na Transamazônica. Eu trabalhava na escola. Eu era vigia da escola e me trancava dentro do banheiro. Bala cruzava lá.

Eu trabalhava na coordenação Estadual do MST nessa época, então a gente tirava comissão e denunciava aquilo para a Polícia Federal. Eu ia direto na delegacia da Polícia Federal e denunciava. Aí eles falavam: “Geraldo, é desse jeito?” Eu digo: “é. Por que é que vocês não vão lá dar sossego para nós? Dá umas voltas lá, pega uma viatura, dá uma ronda lá no nosso assentamento, ali mora é cidadão, nós somos pessoas de bem, só que tem uma quadrilha infiltrada lá dentro, aí nós não podemos fazer nada. A única coisa que a gente estudou é de vir aqui falar com vocês”. Eles falavam assim: “nós só podemos entrar com autorização do Incra. Sem autorização do Incra nós não

podemos ir lá”. A gente ia lá no Incra. Nesse tempo chegávamos lá e falávamos com o [superintendente do Incra]: “nós estamos sofrendo essa inclemência, assim, assim, através dessa quadrilha que se infiltrou lá dentro. Lá tem uma imobiliária de compra e venda de terra”. Sabe que que ele falava? Ele dizia assim: “o que eu vejo é quatro gatinho pingado do MST com picuinha”. Aí nós voltávamos. Porque aqueles lotes que o cara vendia para aqueles empresários, ele comprava na mão de quem entrou no início, por 3 mil reais naquele tempo. Isso começou em 2001. A divisão da escola foi em 2001. E a venda de terra começou nesse período, até 2003, quando a Federal entrou lá para fazer a retomada dos lotes. Por que [o superintendente] falava isso? Porque ele compartilhava com a venda de terra, de cada lote ele tinha mil reais, segundo informação que nós temos. E era verdade, bem verdade mesmo.

Aí começamos a perder nossos companheiros. Pessoal desistia: “eu não vou morar num inferno desses”. “Compra meu lote?” “Quanto é que quer no lote?” “3 mil”. “Pá!”. E nessa brincadeira, nós tínhamos 116 lotes vendidos. O assentamento era de 328 lotes. Hoje se tiver é 30% [de assentados do MST]. O resto é tudo burguês, só pessoas de condições. Porque é ali dentro de Marabá, né? O pessoal começou se amedrontando, começou a ir embora. Aí, nós do movimento, nós que dirigíamos o assentamento, começamos a denunciar. Eles faziam assalto, em frente ao assentamento. Montaram uma cooperativa lá nessa época. Eles tinham supermercado lá dentro, de tudo que você

quisesse. Só mercadoria roubada. Nós denunciámos até que foi descoberto.

Aí desmanchou a quadrilha. E então veio a retomada de lote, no tempo que Lula entrou no governo e nós colocamos a Bernadete lá no Incra. Fizemos denúncias pedindo para Bernadete fazer com que a Federal entrasse lá dentro, para retomar aqueles lotes para gente ter um sossego. Bernadete concordou conosco e autorizou a Federal para fazermos essa retomada lá. A Federal entrou no mês de maio de 2003 e conseguimos ainda retomar 46 lotes. Os outros estão na justiça. Como nós não tínhamos apoio político, o juiz embargou nosso trabalho. Federal ficou 15 dias lá dentro, aí o juiz embargou e a Federal foi embora.

Qual foi a saída deles [quadrilha]? “Nós temos que matar esses militantes do MST, esse bando de vagabundo”. “Aqui não vai se falar em MST, é só a Petrafe”, eles falavam. Eles eram ligados à Petrafe. Aí começaram a matar nosso povo. Um dia mataram um rapaz, filho de um coordenador estadual. Iam matá-lo, mas eu pedi: “Pinto tu não vai para roça não, nós vamos ter uma reunião ali na escola”. Quando nós estávamos sentados lá na escola, debatendo nossos problemas, o cara chegou com o rapaz, filho do Pinto, acabando de morrer em cima de uma caçamba. Eu peguei o rapaz, tomei o carro emprestado de um amigo, prestei socorro, levei para Marabá. Mais ou menos uns 2 a 3 km, ele morreu. Morreu com a cabeça aqui na minha perna. Fizemos o velório dele.

No quarto dia, o mesmo matador me pegou, me acertou de revólver às 6 horas da manhã. Ele acertou um tiro na minha perna. Aqui a situação da minha perna [mostra a perna], não emendou. Ela balança. Esse assassinato, esse que aconteceu lá, foi dois anos depois da retomada de terra. A retomada começou em 2003 e essa tentativa de assassinato meu foi em 2005. Eles me seguiram dois anos para poder me pegar. Eu trabalhava na escola, era vigilante. Às 6 horas da manhã eu vinha para casa e tinha um moreno escorado na mesa. Eu fui passando e ele pegou o revólver e pá, pá, deu seis tiros. Acertou esse na perna. Mas mesmo assim, não me intimidou. Eu fiquei lá no chão caído, meus filhos chegaram, me pegaram, me levaram para Marabá. Chegou no SESP: “tem que amputar a perna dele”. Eu disse não. Meus filhos me levaram para Teresina onde passei dois anos em tratamento; passei por mão de quatro médicos com essa perna, quatro cirurgias. Com dois anos eu voltei para casa. Aí quando eu cheguei em casa falei: “não dá, não dá para ficar aqui”. Aí a mulher disse: “meu velho, não vou te acompanhar mais não”. [Eu disse:] “Então vou pegar meu destino”. Mas sou muito prazeroso hoje, estou vivo, contando a história, e meus filhos e minha ex-esposa permanecem lá. Nessa luta eu já tenho três filhos formados. Isso para mim já é um prazer muito grande.

**ANA** Geraldo narra sua trajetória desde que saiu do assentamento 1º de março, fala brevemente de sua passagem por um acampamento que enfrentou o despejo e mais

longamente sobre a situação atual no acampamento Maria Bonita, ambos em Parauapebas, no Pará. Nesse trecho a parceria com a universidade é ressaltada. Primeiramente, mostrando o papel fundamental da universidade para garantir o respeito institucional (junto ao juiz) quando o cotidiano do acampamento é registrado com aval técnico, o que por um lado fragiliza o movimento que depende de tal sistematização para viabilizar o diálogo institucional, atropelando sua autonomia; mas por outro lado, evita um despejo iminente e é por isso muito importante. Mas a relação com a universidade é de mão dupla, já que essa reconhece a importância do MST e seu papel fundamental para guiá-la numa organização para o enfrentamento das perdas de direitos e tendências à privatização e ao desmonte do ensino público preconizados pelo governo atual.

**GERALDO** Peguei meu destino e vim para Parauapebas, porque não tinha outra solução pra mim. Deixei tudo lá para mulher e os filhos e vim pra um acampamento aí em Parauapebas, isso foi em 2008. Fui despejado lá da Fazenda São Marcos. Aí de lá eu vim para a Maria Bonita, em 2012. Estou bem. Sinto muito prazer, tenho muita satisfação de estar nessa luta. Eu vim aqui para a Maria Bonita, travamos a luta. Quando a gente entrou aqui, eles conseguiram a liminar de despejo. Aí ficou quieto, era no governo Dilma já. Quando o Temer passou a ser governo ele acelerou o processo. Os fazendeiros já tinham liminar, aí entraram com pedido de despejo na justiça, agora em 2018, nesse ano

passado. A luta travou, nós fomos para Marabá umas duas vezes, para audiência com o juiz. O juiz veio fazer uma visita aqui em maio de 2018, olhou nossa produção, viu que nós já temos várias casas construídas, os lotes todos cercados, muita produção de mandioca, banana, milho, leite. A gente trabalha com agricultura, com a roça, mas temos nossas vacas de leite. Nós não mexemos com veneno. Tudo nosso é adubo orgânico, pois comemos a lavoura que produzimos, e também vendemos. Quem come da nossa produção é saudável, não mexemos com tóxico não.

A universidade veio aqui quando nós estávamos na fase de despejo, em meio de abril do ano passado. Fizeram uma pesquisa no assentamento. Andaram lote por lote. E eles gostaram; deram nota dez. Pegaram essa relação das coisas que eles viram das nossas condições e jogaram nas mãos do juiz agrário lá de Marabá. Com esse trabalho que a universidade fez aqui para nós foi que o juiz suspendeu o despejo. E a gente chegava lá e falava que tinha essa produção que estou falando e os advogados do grupo Santa Bárbara desmentiam a gente, diziam que era mentira, que aqui ninguém tinha nada não, que não existia produção, aqui só tinha ladrão. Mas foi com esse trabalho da universidade que o juiz falou assim: “eu vou olhar, vou fazer uma visita lá a vocês”. Coisa que nós nunca vimos na nossa vida: um juiz entrar dentro de um acampamento nosso para ver nossa produção. E nós vimos agora. Aí o juiz veio, andou em várias roças, gostou muito, andou na nossa escola. Ele viu que nossa escola é uma coisa de grande

importância. Então com isso ele suspendeu o despejo até hoje. Está quieto? Está.

No decorrer do tempo, de fevereiro para março de 2019, nós recebemos outra visita da Universidade Federal, de Marabá [UNIFESSPA]. Veio com uma comissão do Rio de Janeiro, Roraima, Manaus, que se destacaram diretamente para fazer uma visita. Quando eu lembro disso eu choro... Recebemos esse pessoal, para uma reunião. Uma tarde de reunião, no que eles falaram para nós: “nós viemos conversar com vocês, para ouvir vocês”. [MST:] “Seja bem vindo”. Recebemos eles bem, graças a Deus. Eles pediram para nós contarmos nossa realidade para eles, o que que através de nossa luta conseguimos, como é que nós conseguimos, como é que nós nos organizamos para partir para cima dos latifundiários. A gente passou toda informação para eles. Eles gostaram muito. Eles acharam muito importante a nossa luta. Depois que eles nos ouviram, nós falamos que queríamos ouvi-los. Aí eles falaram da finalidade da vinda deles aqui para nos visitar, porque nós estamos todos num momento de sufoco, entendeu? Eles lá estão sabendo e vieram aqui para conversar conosco, nos ouvir. [Universidade:] “Agora nós vamos falar para vocês qual o nosso objetivo de chegar até vocês, visitar vocês”. Aí eles começaram a falar que gostaram muito da nossa instalação, dão muito valor à nossa organização, nosso jeito de conversar – apesar de nós não sermos pessoas universitárias, né? Somos trabalhadores da roça.

Eles gostaram muito e falaram: “nós viemos trocar ideia com vocês, porque hoje nos encontramos numa estrada fechada com esse novo governo. Esse projeto deles não nos agrada. Primeiro que o projeto deles é privatizar todos os órgãos públicos federais. A gente está vendo que a estrada está fechando para nós e vai causar muito prejuízo para o povo brasileiro. Nós queremos dar as mãos para vocês para gente unir as forças campo-cidade para enfrentar esse governo de hoje”. Nós falamos: “nós estamos prontos para enfrentar, qualquer hora que vocês quiserem, podem nos procurar que nós partimos para cima”. Eles perguntaram: “não dá trabalho para vocês se organizarem?” [MST:] “Não, não dá trabalho não. É espaço de minuto para gente se organizar”. E é mesmo. A gente, graças a Deus, é isso, nós somos unidos. É um prazer que eu tenho. E eu sinto muito prazer de hoje estar aqui conversando com a senhora. De tão emocionado, eu choro, quando eu lembro dos meus 23 anos de luta, e lembro das minhas conquistas. E as pessoas universitárias, destacaram de São Paulo, do Rio de Janeiro, para virem conversar comigo aqui. A senhora é de Belo Horizonte! Não dá vontade de chorar?

**ANA** A história de Geraldo fala por si. Contudo, dois pontos merecem destaque para futuro aprofundamento. O primeiro é o papel da universidade (ou de qualquer outro agente externo com conhecimento técnico) que, apesar de importante em momentos emergenciais, pode acabar

criando relações de dependência e obliterando a construção de autonomia dos assentados. A fala de Geraldo mostra uma gratidão imensa pela assistência da universidade, sem questionar a contradição de tal ‘ajuda’ com o ideal de autonomia do movimento. Ainda que a sistematização técnica seja fundamental para o diálogo institucional (principalmente com autoridades jurídicas), talvez ela pudesse ser feita pelos próprios assentados com assessoria da universidade, sem ampliar a distância entre conhecimentos cotidiano e técnico. No Grupo MOM/UFMG vimos distinguindo assistência de assessoria técnica, ressaltando como um dos problemas da assistência um certo paternalismo, com criação de dependência, enquanto a assessoria pretende ampliar o imaginário dos assessorados para que tomem decisões informadas, sem dependência dos técnicos.

O segundo ponto diz respeito ao desejo da propriedade da terra. Socialismo e propriedade privada não são vistos como contraditórios. A desigualdade sócio-espacial no Brasil é tão grande que a luta pela sobrevivência acaba passando a ser a luta pela garantia da propriedade da moradia. A propriedade está no centro do debate sobre o direito à moradia, o que é fortemente incentivado pela Constituição de 1988, que em seu artigo 5º coloca o direito à propriedade ao lado dos direitos à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança. A maioria dos pobres que está lutando para garantir uma moradia digna não consegue vislumbrar a discussão da moradia desatrelada da garantia da propriedade.

No cotidiano, a prevalência do direito à propriedade sobre o direito à moradia pode ser ilustrada pela reação de Lu Dandara, moradora de uma ocupação urbana em Belo Horizonte, que quando confrontada sobre a necessidade de ampliar a discussão para além do direito à propriedade, se mostrou perplexa por nunca ter pensado nisso. Contudo, não conseguia ver como não focar em garantir a propriedade para que pudesse ter sossego e conseguir se ocupar da criação dos filhos e da sua própria melhoria de vida. Isso reflete a frase célebre de Mafalda, personagem do Quino, quando fala que “o urgente não deixa tempo para o importante”.

O urgente é pautado pela onipresença do capitalismo e a necessidade de juntar forças dos pobres sem terra para conquistarem suas terras. Mas, nesse contexto, a urgência acaba criando um abismo entre o ideal socialista, realmente discutido por movimentos como o MST, e o foco mais imediato na propriedade. Via de regra o ideal do socialismo é engolido pelo contexto capitalista. Ainda que o modelo de propriedade latifundiária precise ser combatido, a urgência de uma terra para morar acaba levando ao desejo de pequenas propriedades como única forma de lutar contra os latifúndios. O importante, que é sempre adiado pelo urgente, seria a discussão do comum, que é quase inexistente no contexto brasileiro quando tratamos do direito à moradia. A contradição que se coloca é claramente expressa na situação dos movimentos sociais que lutam contra a propriedade com desejo de propriedade, deixando de vislumbrar a possibilidade da terra comum.

Ocupação é  
a única  
solução